

A centralidade de pequenas cidades: uma discussão a partir da Região Imediata de Três Corações-MG

Lucas Manoel²⁹

Introdução

A busca pelo tema centralidade³⁰ costuma retornar trabalhos feitos preferencialmente no nível dos médios e grandes centros urbanos do que no nível das pequenas cidades, mesmo sendo essas em maior quantidade na rede urbana. A razão para terem seu poder de atração menos investigado pode ter relação com o fato de seus raios de atuação serem muito restritos quando comparados com as interações espaciais alcançadas pelos médios e grandes centros, que, geralmente, geram mais provocações e demandas dentro das produções acadêmicas e científicas. Diante dessa situação, este capítulo apresenta como é a centralidade de pequenas cidades localizadas no Sul do estado de Minas Gerais com o objetivo de chamar atenção para a importância dos centros locais e centros de zona para a população local e circunvizinha. Objetiva-se apresentar, ainda, um conjunto de aspectos típicos da pequena cidade: sua média populacional, os tipos ideais, a morfologia-funcional, a sua indissociabilidade com o mundo agrário e a curta distância entre elas.

Para atingir os objetivos propostos foram utilizados 5 municípios³¹ da Região Imediata de Três Corações (Mapa 1) (espaço regional delimitado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na Divisão Regional do Brasil de 2017) – é importante informar que sua cidade polo (a que dá nome à área) foi excetuada da análise por exceder o limite populacional para pequenas cidades sugerido por este capítulo, que é o de até 60 mil³² habitantes para cenários como o Sul de Minas Gerais. A pesquisa bibliográfica pautou-se na busca pela dimensão da centralidade das pequenas cidades em 5 publicações das Regiões de Influência das Cidades (REGIC) e também nas perspectivas de alguns autores sobre a morfologia-funcional e outros assuntos pertinentes ao tema. Além disso foram realizadas

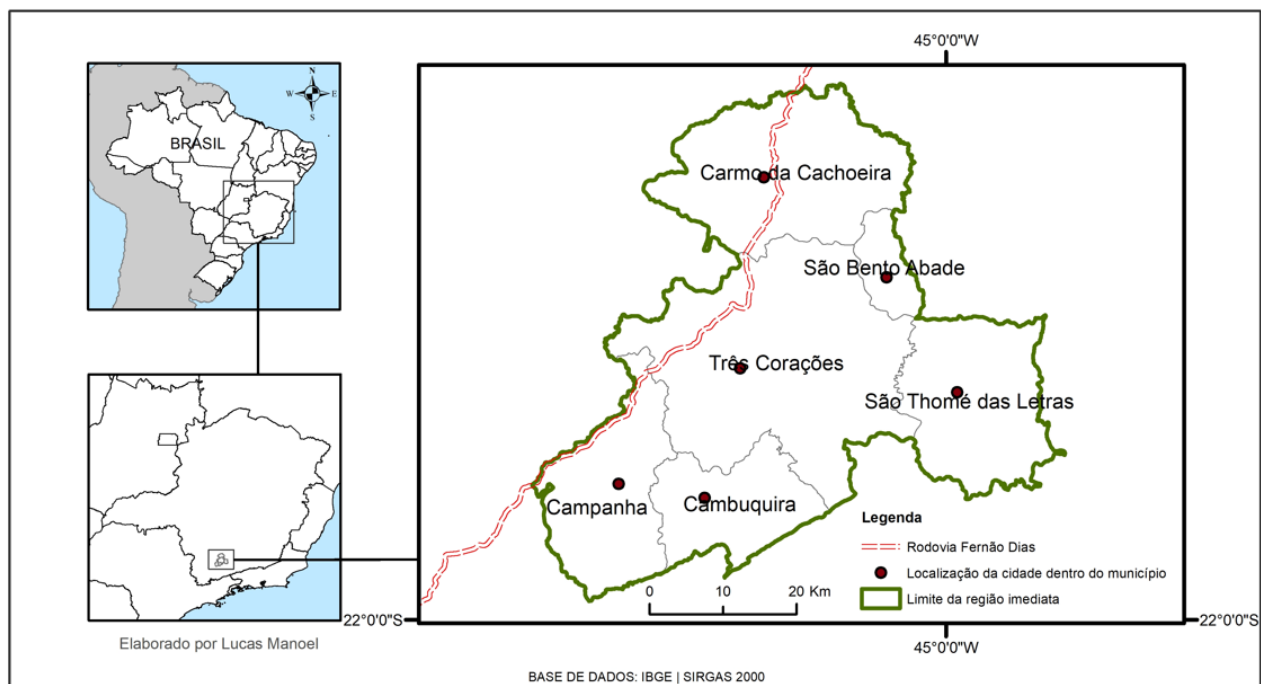
²⁹Mestre em geografia pela Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ). E-mail: lucasgrutam@hotmail.com

³⁰Ver “Teoria dos Lugares Centrais”, de Bradford e Kent (1987).

³¹Campanha (*16.855), Cambuquira (*12.810), Carmo da Cachoeira (*12.193), São Bento Abade (*5.411), São Tomé das Letras (*7.151) e Três Corações (*80.561). *Estimativas populacionais para 2021.

³²A partir desse quantitativo as cidades tendem a ocupar posição hierárquica superior aos centros locais e centros de zona, a qual podemos classificar e chamar de transição sentido ao patamar de cidade média. Essa é a situação de Três Corações, que, em IBGE (2020, p. 20), aparece como “centro sub-regional B” (categoria cuja média populacional no Sudeste do país é de 85 mil habitantes).

observações diretas e direcionadas em campo para estabelecer relações entre o teórico e a realidade das cidades investigadas.



Mapa 1 - Região Imediata de Três Corações – MG.

Fonte: elaborado pelo autor, 2022

O capítulo está estruturado da seguinte maneira: após esta introdução, retirados de 5 publicações REGIC – obras que apresentam a estrutura da hierarquia urbana brasileira desde 1972 e configuram como um indispensável arcabouço teórico acerca dessa temática – estão apontamentos sobre centralidade e que podem servir para a conceituação da pequena cidade, depois, serão apresentados outros apontamentos teóricos antes de serem expostas as análises e as considerações finais.

Pequenas cidades nas publicações REGIC

As publicações das Regiões de Influência das Cidades (REGIC) possuem o objetivo de contribuir “para as políticas de desenvolvimento local, regional e nacional” (IBGE, 1972, p. 8) a partir da análise da hierarquia urbana. Além disso, têm importância por permitirem “a realização de estudos comparativos da rede urbana [...] em momentos diversos de sua série histórica” (IBGE, 1987, p. 9) promovendo a observação de um panorama de “referência do sistema urbano [...] para fins de gestão do território, planejamento regional e/ou municipal, estudos da urbanização e racionalização de decisões quanto à localização de diferentes tipos

de atividades econômicas ou de infraestrutura social” (IBGE, 2000, p. 5), que são estudadas levando em conta o alcance dos relacionamentos de cada cidade. Em outras palavras, o poder de atração de cada uma, a sua centralidade. A seguir serão expostos os níveis de centralidade das pequenas cidades brasileiras à luz dessas publicações.

A primeira edição das Regiões de Influência das Cidades, publicado na década de 70 do século passado, dividiu as cidades brasileiras hierarquicamente em quatro níveis, partindo das metrópoles até chegar nos espaços menos expressivos do ponto de vista da complexidade e especialização. As cidades presentes no último patamar, conforme determina o documento, fornecem algumas comodidades essenciais “a um número reduzido de pequenas localidades próximas, geralmente serviços bancários, ensino médio, serviço hospitalar [essencial], além da concentração de produção agrícola dentro da área de atuação de um centro hierárquico superior” (IBGE, 1972, p. 14). A descrição apresentada, apontada para o centro local (nível 4 da hierarquia urbana), pode ser enquadrada como sendo a das pequenas cidades daquela época, cuja dinâmica era voltada especialmente para o próprio município.

Já na publicação posterior, divulgada em fins da década de 1980, as cidades presentes no limite inferior da hierarquia urbana passaram a ser vistas como “centros de zona”, termo utilizado por IBGE (1987, p. 24) para representar os centros com participação somente “em relação às funções de mais baixo nível hierárquico”. Combinando a descrição apresentada no parágrafo anterior com o apresentado neste, podemos colocar como uma possível definição para a pequena cidade, sobretudo as das décadas de 1970 e 1980, a noção de que eram centros de baixo nível que ofereciam à população, mormente a local, somente as comodidades mais essenciais à sua manutenção, tal como acontece hoje em dia em territórios que, em razão da pouca especialização e desenvolvimento e da distância que estão de médios e grandes centros urbanos, ainda encontram-se com interações espaciais bastante limitadas.

Na sequência, publicação do ano 2000 (referente a 1993), as pequenas cidades foram divididas considerando suas especificidades, isto é, embora pertencentes a um mesmo grupo (sempre o último ou os últimos da hierarquia urbana), considerou-se algumas variações entre elas que permitiram separá-las como “predominantemente centros de zona ou centro local” (com grau de centralidade de “médio para baixo”), as que estavam “tendendo a ser centro de zona ou centro local” (com grau “fraco”) e os “municípios subordinados” (que apresentaram um grau “muito fraco”) (IBGE, 2000, p. 25). Aqui já é possível estabelecer uma aproximação com a realidade das pequenas cidades do século XXI, haja vista que a localização, o contexto histórico e as variações econômicas permitem afirmar que algumas tendem a se desenvolver em ritmos diferentes das outras.

Com o objetivo de atualizar o quadro de referência da rede urbana, publicou-se em 2008 uma nova edição do projeto REGIC, trabalho que dividiu as cidades brasileiras em 5 níveis, onde, com base no reduzido quantitativo populacional, é possível manter as pequenas como aquelas presentes nos 2 últimos patamares. Sobre o penúltimo, os centros de zona – com “atuação restrita à sua área imediata, [exercendo] funções de gestão elementares” –, em virtude de suas variações e contexto foi subdividido em: centros de zona A (com mediana de 45.000 habitantes) e centros de zona B (com mediana de 23.000 habitantes). Já sobre o último patamar, nomeado de centro local, o projeto coloca que cuja centralidade e também atuação essas áreas “não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, [apresentando quantitativo] inferior a 10 mil habitantes” (IBGE, 2008, p. 11 e 13). Embora o IBGE não trate objetivamente esses níveis como grupos formados por pequenas cidades, seguimos classificando-as dessa forma.

Mantendo os nomes e as divisões expostas no parágrafo anterior, o projeto REGIC publicou no ano de 2020 a sua atualização mais recente revelando os principais aspectos da hierarquia urbana brasileira para o ano de 2018. Nessa nova edição as pequenas cidades, que estão diretamente ligadas ao patamar inferior da rede urbana e por isso a nossa ligação entre elas e os centros de zona e centros locais, foram apresentadas da seguinte forma pelo IBGE:

Centros de Zona. As Cidades classificadas no quarto nível da hierarquia urbana caracterizam-se por menores níveis de atividades de gestão, polarizando um número inferior de Cidades vizinhas em virtude da atração direta da população por comércio e serviços baseada nas relações de proximidade. [...] Centros Locais. O último nível hierárquico define-se pelas Cidades que exercem influência restrita aos seus próprios limites territoriais, podendo atrair alguma população moradora de outras Cidades para temas específicos, mas não sendo destino principal de nenhuma outra Cidade. Simultaneamente, os Centros Locais apresentam fraca centralidade em suas atividades empresariais e de gestão pública, geralmente tendo outros centros urbanos de maior hierarquia como referência para atividades cotidianas de compras e serviços de sua população, bem como acesso a atividades do poder público e dinâmica empresarial. (IBGE, 2020, p. 13).

A atualização permitiu apresentar uma média populacional de até 60 mil para o caso do centro de zona A e média de até 35 mil na situação do centro de zona B. Já para os centros locais a média ficou até 20 mil habitantes – os valores podem sofrer alterações dependendo da região. Colocado isso, o que se pôde perceber a partir das leituras das obras REGIC foi que as pequenas cidades, com média entre 15 mil e 60 mil habitantes, podem ser vistas como sendo centros de zona (cuja polarização atinge basicamente os municípios vizinhos) e aquelas com média entre 7,5 mil e 20 mil habitantes, vistas como sendo centros locais (cuja influência é restrita ao próprio município). Todas disponibilizam as comodidades, produtos e serviços

mais essenciais do cotidiano, ou seja, fornecem somente àquilo que é imediato à demanda da população local ou circunvizinha.

É importante dizer que, embora práticos, os resultados levantados nessas obras não dão conta de apresentar com certeza até onde pode ir o alcance da centralidade das pequenas cidades, haja vista que com a globalização muitas passaram a participar de interações espaciais cada vez mais complexas e multiescalares, principalmente se observadas à luz da perspectiva hierarquia-heterarquia, ideia que será explicada a seguir.

Sobre as limitações dos estudos REGIC, podemos nos apropriar de uma visão feita por Catelan (2013) e que pode dar conta de explicar, também (mas com as devidas ressalvas), as novas centralidades que podem atingir as pequenas cidades. Para o autor, as cidades médias “são caracterizadas na rede urbana [...] atual, pelo par hierarquia-heterarquia, tendo em vista que as interações espaciais interescolares ampliam sua onipresença regional, quanto maior [a] sua interação com outras escalas” (CATELAN, 2013, p. 38). Diante disso, ele chama atenção e nos convida a aproximar da questão “hierarquia-heterarquia” para pensarmos o cenário que surge “das funções e dos papéis das cidades médias na rede urbana, e da própria rede urbana, abarcando os estudos comparativos das muitas tipologias de cidades, [através do] movimento da sociedade e do capital [...], em suas articulações complexas e multivetoriais” (CATELAN, 2013, p. 275 – Grifo Nosso).

O excerto apresentado ajuda a explicar o fato de pequenas cidades participarem, por exemplo, do complexo mercado de vendas *online*, onde o fornecedor e/ou comprador pode localizar-se em pequenos centros urbanos espalhados pelo Brasil atraindo novas formas de centralidade para suas localidades. Há de lembrar também da participação dos centros locais e centros de zona em interações espaciais construídas sob o pano de fundo do turismo e/ou de outras variáveis como o setor agrícola e o processo de desconcentração de capital ocorrido nas principais metrópoles do país, que, embora priorize as cidades médias para a realocação de indústrias, também atinge cidades localizadas na base da hierarquia urbana. Exposto isso, seguem outras perspectivas sobre pequena cidade.

Pequenas cidades segundo alguns autores

Saindo da perspectiva proposta pelo Estado – feita através dos estudos promovidos pelo IBGE – para a bibliográfica, Corrêa (2011) diz que “a pequena cidade pode ser melhor definida em termos do grau de centralidade do que em termos de tamanho demográfico”. Embora o autor considere isso como primordial para caracteriza-las na rede urbana brasileira,

afirma que a “centralidade e tamanho demográfico estão intimamente relacionados [haja vista o fato que] as pequenas cidades, centros locais que temos em mente, dificilmente ultrapassam 20.000-30.000 habitantes”. Em suma, “ela se caracteriza por ser um centro local, isto é, um centro que exerce centralidade em relação ao seu território municipal, sua hinterlândia, onde vive uma população dispersa [especialmente no território] dedicada sobretudo às atividades agrárias” (CORRÊA, 2011, p. 6-7). Em outras palavras, serve e tem capacidade de abastecer de produtos e serviços somente os limites do próprio município. O autor também relaciona as pequenas cidades aos centros de zona, porém, sem dar detalhes, apenas menciona que são menos frequentes na rede urbana. Para concluir, ele evidencia a existência de 5 “tipos ideais: os lugares centrais, os centros especializados, reservatórios de força-de-trabalho, centros que vivem de recursos externos e subúrbios-dormitório” (CORRÊA, 2011, p. 10).

A respeito das características intraurbanas, Amorin Filho e Sena Filho (2007) dizem que a pequena cidade, que para os autores trata-se do “nível mais elementar da hierarquização urbana”, manifesta um território com um “zoneamento morfológico-funcional relativamente simples, com suas paisagens igualmente elementares” (AMORIM FILHO e SENA FILHO, 2007, p. 59). A elementaridade pode ser compreendida, em outras palavras, a partir da visão que a estrutura hierárquica da rede urbana precisa de uma base e é nessa base que estarão as cidades em maior quantidade³³. Para mais, seguem outros detalhes:

Trata-se, na realidade, de um zoneamento em gestação, em fase inicial de estruturação. Por isso, os espaços intraurbanos, que podem ser identificados pelo pesquisador, não se individualizam com clareza, mesclando-se em grande parte. Inclusive, uma das unidades zonais – a *zona periurbana* – praticamente não existe nos espaços que envolvem a periferia das pequenas cidades, na medida que, desta última para os espaços rurais a passagem se dá praticamente sem transição, isto é, de maneira abrupta. (AMORIM FILHO e SENA FILHO, 2007, p. 59).

O Quadro 1, feito por Amorin Filho e Sena Filho (2007), traz algumas características da pequena cidade. A partir das informações apresentadas e de sua utilização na realidade é possível observar quais localidades se enquadrariam no patamar de pequena cidade e se é possível estabelecer, como sugerem os autores, as informações como sendo um padrão capaz de ser reconhecido em campo. Portanto, temos até aqui quatro perspectivas que devem ser consideradas para a conceituação da pequena cidade: sua média populacional, a dimensão de sua centralidade (se é restrita ao próprio município ou se abrange os municípios limítrofes), os tipos ideais e a morfologia-funcional (aspectos da estrutura intraurbana).

³³De acordo com dados do Censo 2010, dos 5.565 municípios, 4.957 apresentavam até 50 mil habitantes, o que corresponde a 89,07% do total, comprovando a superioridade quantitativa das pequenas cidades na rede urbana. Atualmente a quantidade de municípios no Brasil subiu para 5.570.

Quadro 1 - Zoneamento morfológico-funcional e níveis da hierarquia urbana: pequenas cidades

Níveis da hierarquia urbana	Zona Central	Zona pericentral	Zona periférica	Zona periurbana
1. Pequena cidade	- Praça e rua principal; poucos equipamentos terciários (administrativos, comerciais, religiosos); forte presença de função residencial; pequena diferenciação morfológica e paisagística.	- Pouca diferenciação em relação ao centro; confundindo-se, igualmente com a periferia .	- A não ser por algumas “vilas” que acompanhavam estradas, pouco se distingue da zona pericentral; transição brusca para a zona rural .	- Praticamente não existe, enquanto zona de transição urbano-rural, já que não ocorre, na prática, tal transição.

Fonte: extraído de Amorin Filho e Sena Filho (2007, p. 60)

Apresentado o quadro de Amorin Filho e Sena Filho (2007), é possível complementar suas informações trazendo a visão de que a pequena cidade também guarda uma relação bem próxima com características típicas do campo. Sobre essa relação, temos a ótica de Lefebvre (2001, p. 50-51), onde consta que “a separação da cidade e do campo pode e deve se superar”. E isso só acontecerá a partir da consciência de que há, atualmente, a existência de um espaço híbrido decorrente da junção dos dois, o que chamamos de espaço rururbano, que na prática seria a materialidade da transição do modo de vida agrário para modo de vida urbano em um mesmo local, visível a todo momento, seja na maneira de se comunicar, no tipo de atividades desempenhadas, na calmaria do cotidiano, etc. Ou seja, um *continuum* entre o campo e cidade conforme conceituam Alves e Vale (2013), que chamam a nossa atenção para a presença do rural na cidade a partir da agricultura urbana. Essa é, portanto, mais uma nuance que se deve buscar perceber diante das pequenas cidades, em outras palavras, sua indissociabilidade com o mundo agrário, em especial, em regiões distantes dos médios e grandes centros urbanos e que, por isso, acabam promovendo uma maior preservação de seus costumes.

Outro aditivo importante à questão das pequenas cidades e que ajuda na observação de suas características fundamentais é a situação de, usualmente, se encontrarem a uma curta distância umas das outras. A respeito disso, Corrêa (1999) assinala que “as pequenas cidades, numerosas que são, geram, via de regra, expressiva densidade de centros que se situam a uma pequena distância média entre si, ainda que esta possa variar de acordo com a densidade demográfica da região em que se localizam”. O autor coloca ainda que a alta ocorrência de pequenos centros surge “de uma necessária economia de mercado”, que, por mais incipiente que seja, promove trocas “fundamentadas em uma mínima divisão territorial do trabalho”

com base em “elevadas densidades demográficas associadas a uma estrutura agrária calcada no pequeno estabelecimento rural ou em plantations caracterizadas pelo trabalho intensivo”. (CORRÊA, 1999). Isso ajuda a explicar o fato de ter diferenciações visíveis entre as pequenas cidades, isto é, quanto mais numerosas na rede urbana, mais particulares são seus lugares.

Uma outra justificativa para a pouca distância existente entre elas pode ser encontrada em Deffontaines (1944), dentre as diversas circunstâncias trazidas pelo autor para explicar o surgimento das cidades do Brasil – sendo elas as oriundas de pouso, da navegação, das vias férreas, das estações e das bocas de sertão –, as originadas de pouso (de pernoite) são as que, pelo nosso entendimento, são as que mais se sobressaíram em Minas Gerais, isso porque os viajantes caixeiros, que também eram responsáveis pelas interações espaciais e comerciais do interior do estado com o cotidiano do exterior, sobretudo o do século XVII e XVIII, tinham uma notável importância. Essa ideia pode ser observada nas palavras do autor quando expõe o seguinte: que “muitas vezes [...] atravessavam regiões completamente vazias, onde nenhuma colonização tinha começado, e, antes das fazendas, os pousos sobre as estradas constituíram os primeiros centros de povoamento” (DEFFONTAINES, 1944, p. 145). Assim, podemos somar esses apontamentos, isto é, proximidade física e a questão rururbana, aos já elencados para a caracterização do nosso objeto de pesquisa.

Para finalizar, à luz das considerações expostas nestas duas últimas seções, podemos apresentar como sendo um conjunto de observações necessárias a identificação das pequenas cidades os seguintes parâmetros: i) quantitativo populacional (até 60 mil habitantes), ii) a sua centralidade (se centro local ou centro de zona), iii) os tipos ideais (foram citados 5), iv) a sua morfologia-funcional (isto é, as suas características intraurbanas), v) a ruralidade e vi) a curta distância entre elas (para regiões como a do Sul de Minas). Exposto isso, a próxima seção irá aplicar esses parâmetros na Região Imediata de Três Corações para verificar se Campanha, Cambuquira, Carmo da Cachoeira, São Thomé das Letras e São Bento Abade possuem um padrão que possa confirmar a presença de todas elas no nível mais elementar da hierarquia urbana.

As pequenas cidades da Região Imediata de Três Corações

Considerando a premissa que cidades presentes em um mesmo patamar hierárquico e contexto regional tendem a apresentar um mesmo nível de centralidade – pelo menos que no diz respeito às ofertas de produtos e de serviços mais básicos do cotidiano –, analisou-se todas as pequenas cidades da Região Imediata de Três Corações para averiguar essa hipótese.

Lembrando que o objetivo, nesse ponto do trabalho, é o alcance da centralidade e não o que é ofertado, haja vista que os principais produtos e serviços fornecidos para a população local e circunvizinha já foram apresentados na seção “Pequenas cidades nas publicações REGIC”.

O resultado poderá servir de base para futuras investigações acerca desse tema no contexto do Sul de Minas Gerais no sentido de contribuir para uma observação pragmática desse tipo de cidade. Os apontamentos partem do panorama apresentado no Gráfico 1 – feito a partir das REGIC de 1972 até 2020 – seguido de informações complementares sobre a morfologia-funcional e outros aspectos.

Gráfico 1. Situação das pequenas cidades da Região Imediata de Três Corações nas REGIC

REGIC (1972)												
Cidade	Município	4º Nível		3º Nível		2º Nível		1º Nível				
		4 B	4A	3B	3A	2B	2A					
*São T. das Letras												
São Bento Abade												
Carmo da Cachoeira												
Campanha												
Cambuquira												
REGIC (1987)												
Cidade	Município subordinado	Centro de Zona	Centro sub-regional	Capital regional	Centro sub-metropolitano	Metrópole regional						
São T. das Letras												
São Bento Abade												
Carmo da Cachoeira												
Campanha												
Cambuquira												
REGIC (1993)												
Cidade	Muito Fraco	Fraco	Médio para fraco	Médio	Forte para médio	Forte	Muito Forte	Máximo				
São T. das Letras												
São Bento Abade												
*Carmo da Cachoeira												
Campanha												
Cambuquira												
REGIC (2007)												
Cidade	Centro Local	Centro de zona		Centro sub-regional			Capital Regional			Metrópole		
		B	A	C	B	A	C	B	A	Metrópole	Metrópole Nacional	Grande Metrópole Nacional
São T. das Letras												
São Bento Abade												
Carmo da Cachoeira												
Campanha												
Cambuquira												
REGIC (2018)												
Cidade	Centro Local	Centro de zona		Centro sub-regional			Capital Regional			Metrópole		
		B	A	C	B	A	C	B	A	Metrópole	Metrópole Nacional	Grande Metrópole Nacional
São T. das Letras												
São Bento Abade												
Carmo da Cachoeira												
Campanha												
Cambuquira												

*Classificação não encontrada. Fonte: elaborado pelo autor com base em IBGE (1972 [p. 82]; 1987 [p. 92 e 93]; 1993 [p. 106]; 2007 [p. 60 e 63] e 2020 [Base de dados REGIC 2018 - Base tabular])

Com base no panorama apresentado é possível dividir o período retratado em duas partes, a primeira com lacunas de informações e presença de diferentes níveis de centralidade (trata-se das três primeiras edições REGIC) e a segunda onde todas as cidades aparecem com igualdade (cenário apresentado para 2007 e 2018). É importante esclarecer que, na primeira edição, as apuradas não apareceram classificadas por nível (apenas apareceram como sendo “municípios”), condição que evidencia, para àquela época, uma situação onde aparecem com grau de centralidade abaixo do estabelecido para compor o estágio mais baixo da hierarquia urbana brasileira. A seguir, a Figura 1 mostra um recorte da morfologia-funcional das cidades com a intenção de encontrar similaridades entre elas, semelhanças que foram comparadas a partir da proposta de Amorin Filho e Sena Filho (2007) e também com base em observações diretas realizadas em campo, onde pôde-se levantar importantes constatações.

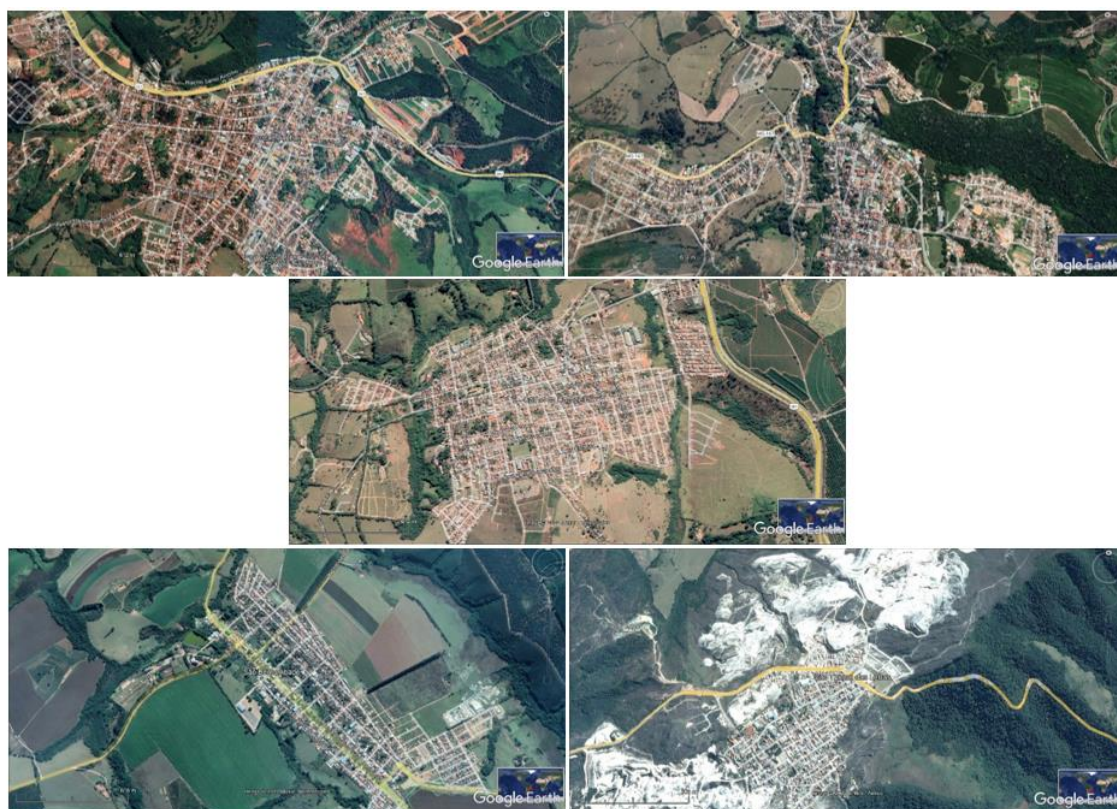


Figura 1 - Panorâmica das pequenas cidades da Região Imediata de Três Corações

Fonte: Google Earth, 2022 (Organização do autor). Todas as imagens foram capturadas na plataforma considerando uma altura da superfície que variou de 612m a 620m de altura. A exposição das imagens está na seguinte ordem: Campanha, Cambuquira, Carmo da Cachoeira, São Bento Abade, São Thomé das Letras (cujas mancha branca é resultado da mineração no local).

Considerando as imagens expostas e as visitas técnicas direcionadas feitas em campo, foi possível tecer algumas importantes considerações a respeito da morfologia-funcional das pequenas cidades analisadas, a começar pelo fato de apresentarem, conforme já era esperado, especificidades em razão de fatores de ordem elementar, como o relevo local, e da facilidade

de acessibilidade, como a proximidade com a principal via de escoamento da região (a Fernão Dias³⁴), soma-se a essas também àquelas que decorrem do contexto histórico e econômico de cada localidade, a exemplo das áreas que são mais inclinadas para a prática da agropecuária e/ou para a do turismo, dentre outros, condições que influenciam diretamente na produção do espaço local.

A quantidade de habitantes está diretamente ligada à dimensão da mancha urbana de cada localidade e conseqüentemente às divisões do espaço intraurbano, ou seja, quanto maior é a população, maior é a ocupação horizontal do solo em razão de haver, nesse grupo, pouca verticalidade predial para uso residencial e/ou comercial – isso foi percebido ao comparar os 5 panoramas, dos quais dois se destacaram: a mancha urbana de Campanha é mais espalhada do que a de São Thomé das Letras.

A respeito do zoneamento morfológico-funcional das cidades – o centro, pericentro, periferia e periurbano – constatou-se que as características intraurbanas seguem basicamente os mesmos padrões dispostos por Amorin Filho e Sena Filho (2007). No entanto, é relevante registrar que no caso da “transição brusca para a zona rural”, em São Bento Abade e em São Thomé das Letras isso é mais presente do que em localidades como Campanha e Carmo da Cachoeira. A justificativa está, também, no baixo quantitativo populacional apresentado que dificulta a formação de uma zona de transição bem definida.

Já sobre a questão da ruralidade presente em zonas urbanas, em todos os cenários examinados foi possível perceber *in loco* – diante às características paisagísticas observadas e a percepção do cotidiano – que podem ser consideradas, em maior ou em menor grau, como espaços rururbanos, em outras palavras, exemplos materiais e imateriais da indissociabilidade do urbano com o mundo agrário. Vale colocar que São Thomé das Letras, em razão do fluxo de turistas, tende a fugir dessa realidade sobretudo nos finais de semana e dias de feriados.

Considerando agora os tipos de pequenas cidades apresentados por Corrêa (2011), é possível expor que os espaços investigados constituem, preferencialmente, lugares centrais e centros especializados. Sobre o primeiro, o autor diz que a distribuição de bens e de serviços para o setor rural “é a principal atividade [...]. Insumos, equipamentos e assistência técnica, de grande demanda por parte do mundo agrário, são oferecidos por empresas locais, [...]. Bens e serviços para a população agrícola e do próprio lugar central são também oferecidos” (CORRÊA, 2011, p. 11). Sobre o segundo, diz que “constituem núcleos de povoamento que desenvolvem atividades específicas, as quais conferem-lhes uma identidade singular (centro

³⁴Ver novamente Mapa 1.

têxtil, [...] de mineração, de peregrinação, etc.). As outras atividades [...] são mais dependentes da atividade específica e da população [...] (CORRÊA, 2011, p. 11). É preciso mencionar que não foram identificados na Região Imediata de Três Corações, à priori, presença de “centros que vivem de recursos externos”.

Considerações finais

Com base nos apontamentos retirados dos estudos REGIC, nas perspectivas teóricas apresentadas e na experiência obtida em campo, é possível expor como sendo um importante conjunto³⁵ de elementos característicos da pequena cidade, o seguinte: dependendo da região, a pequena cidade pode apresentar até 60 mil habitantes; sua centralidade é baixa podendo ser exercida dentro do próprio município (centros locais) ou municípios vizinhos (como centros de zona); possui particularidades que permitem categoriza-las por tipo; sua estrutura interna possui morfologia-funcional elementar com zoneamento apresentando pouca diferenciação paisagística; apresenta fortes laços com a ruralidade e também curta distância entre elas. Nas localidades que compartilham um mesmo contexto regional, em razão da proximidade física, a hipótese de que cidades presentes em um mesmo patamar hierárquico tendem a apresentar um mesmo nível de centralidade foi vista como verdadeira se considerarmos as duas últimas REGIC e as cidades investigadas. Para encerrar, os resultados desta pesquisa, somados aos resultados expostos nos demais capítulos do livro, contribuem, à sua maneira, para uma visão do tema “pequenas cidades” no Sul de Minas e Campos das Vertentes.

Referências

- ALVES, Flamarion Dutra; VALE, Ana Rute do. **A relação campo-cidade e suas leituras no espaço**. ACTA Geográfica, Boa Vista, Edição Especial. Geografia Agrária, 2013
- BRADFORD, M.G. e KENT, W. A. **Teoria dos Lugares Centrais**: o modelo de Christaller. in: Geografia Humana: teorias e suas aplicações, p. 17-45. Ed.: Gradiva, 1987
- CATELAN, Márcio José. **Heterarquia urbana: interações espaciais interescares e cidades médias**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013
- DEFFONTAINES, Pierre. **Como se constituiu no Brasil a rede de cidades II**. p.141-148. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro. v.2, n.14, 1944
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Divisão do Brasil em Regiões Funcionais Urbanas**. Rio de Janeiro, 1972

³⁵Considera-se importante trabalhar esse conjunto de características de forma combinada.

_____. **Regiões de Influência das Cidades**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: [Coordenação de Roberto Lobato de Azevedo Corrêa]. Rio de Janeiro, 1987

_____. **Regiões de influência das cidades: 1993**. Departamento de Geografia. Rio de Janeiro, 2000

_____. **Regiões de influência das cidades: 2007**. Diretoria de Geociências | Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro, 2008

_____. **Regiões de influência das cidades: 2018**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro, 2020

CORRÊA, Roberto Lobato. **As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural**. GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, 30, 2011, pp. 05 -12

_____. **Globalização e reestruturação da rede urbana – uma nota sobre as pequenas cidades**. Revista Território, ano IV, n.6, p.43-53, 1999

FILHO, Oswaldo Bueno Amorim; FILHO, Nelson de Sena. **A Morfologia das Cidades Médias**. Goiânia: Ed. Vieira, 2007

LEFEBVRE, Henri. **A Cidade do Capital**. Tradução Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, 2º ed.